11º Encontro Internacional de Política Social
18º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Entre o capital e a vida: questão social, crise ambiental e resistências
Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Territórios, questão agrária e colapso ambiental

Sobrevivendo nas ruínas: capitalismo, território e natureza

Daniela Zanetti[1]

Resumo: O texto analisa a relação entre capitalismo, natureza e territórios, destacando que a crise climática e a degradação ambiental são estruturais ao sistema capitalista, baseado na exploração e mercantilização da natureza. Aborda como essas dinâmicas afetam territórios e populações, intensificando conflitos socioambientais e desigualdades globais. Discute diferentes perspectivas teóricas contemporâneas e a centralidade dos territórios diante das mudanças climáticas. Também apresenta alternativas, como ecopolíticas anticapitalistas, movimentos socioambientais, saberes indígenas e propostas de coexistência multiespécie, enfatizando a urgência de transformações profundas para mitigar a crise ecológica.
Palavras-chave: emergência climática; natureza; capitalismo; território.

Surviving in the ruins: capitalism, territory and nature

Abstract: The text analyzes the relationship between capitalism, nature, and territories, highlighting that the climate crisis and environmental degradation are structural to the capitalist system, based on the exploitation and commodification of nature. It addresses how these dynamics affect territories and populations, intensifying socio-environmental conflicts and global inequalities. It discusses different contemporary theoretical perspectives and the centrality of territories in the face of climate change. It also presents alternatives, such as anti-capitalist ecopolitics, socio-environmental movements, indigenous knowledge, and proposals for multi-species coexistence, emphasizing the urgency of profound transformations to mitigate the ecological crisis.
Keywords: climate emergency; nature; capitalism; territory.

Introdução

Considerando que boa parte da população mundial já está vivendo nas "ruínas do capitalismo" (TSING, 2025), em contextos de precariedade e em ambientes rurais ou urbanos degradados – e em geral marcados por conflitos socioambientais (LIBISZEWSKI, 1992) –, este trabalho propõe uma reflexão teórica sobre a relação entre capitalismo e natureza, humanos e não humanos, destacando algumas abordagens sobre o tema, com o objetivo de identificar como a dimensão dos territórios aparece em cada uma das diferentes perspectivas, bem como apontar tensionamentos do problema e possíveis alternativas para refrear ou mitigar a crise climática e a devastação ambiental

[1] Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora Associada do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). daniela.zanetti@ufes.br

em todo o mundo.

O trabalho se ancora primordialmente em uma leitura de autores contemporâneos que fazem um debate crítico sobre as relações entre natureza, territórios, expropriações, colapso ambiental e as formas de devastação do capitalismo, demonstrando grande preocupação com o futuro do planeta Terra.

A importância do território se deve ao fato de que cada vez mais pessoas são afetadas diretamente em seus territórios em função de algum evento climático. Pesquisa de Opinião Pública encomendada pelo Instituto Pólis em 2023 mostra que a maior parte da população brasileira já sente os impactos negativos das mudanças climáticas e associa a crise aos combustíveis fósseis (INSTITUTO PÓLIS, 2023). Todavia, há mais de uma década estudos já apontam que o aquecimento global, por exemplo, interfere diretamente nos mais diversos territórios e ecossistemas, prejudicando a produção de alimentos e a economia mundial (BANCO MUNDIAL, 2013).

Vamos considerar território neste trabalho a partir de três abordagens na perspectiva latino-americana, quais sejam: i) Território como conceito geográfico, ii) Território associado à dimensão do corpo/corpo-território e iii) "Espaço de vida" (HAESBAERT, 2020).

Crises e entrelaçamentos: capitalismo, natureza, território

Em pesquisa anterior sobre como o tema da crise climática é tratado em vídeos de mídias sociais (ZANETTI; ANTOUN, 2025), identificou-se a existência de discursos nas redes sociais digitais que repercutem catástrofes e eventos climáticos de grande impacto e atribuem a "culpa" pela crise climática ao capitalismo e a agentes de alguma forma relacionados a este sistema econômico, tais como empresas, o agronegócio e os "ricos" ou "milionários", ou seja, a elite econômica.

Esses dados apenas reforçam o quanto já existe uma popularização – e também uma polarização – do debate sobre a emergência climática e outros problemas ambientais decorrentes do aquecimento global para além das esferas especializadas, como os movimentos ecológicos e ambientais (integrantes do "movimento verde"), o campo científico ou os economistas ambientais (GIDDENS, 2010).

Fraser (2024) destaca que a ecopolítica se tornou onipresente na contemporaneidade e que atores políticos de diversas matizes estão se dedicando às questões ambientais e climáticas, apesar de ainda haver alguns "bolsões de negacionismo". A política climática ganhou notoriedade: "Uma nova geração de jovens ativistas insiste que estamos diante de uma ameaça mortal do aquecimento global" (FRASER, 2024, p. 121). Para a autora, o tema das mudanças climáticas aparece como uma "questão urgente que exige uma tomada de posição de todos os atores políticos" (2024, p. 123), e a atual crise ecológica está associada também uma crise da economia, da sociedade, da política e até da saúde pública.

Löwy (2013), por sua vez, ressalta que a crise ecológica já é uma realidade do contemporâneo, resultando em sucessivas catástrofes já observáveis, e defende que as mudanças climáticas são resultado de um processo de acumulação do capital, caracterizado pela acumulação de mercadorias e do lucro. Para ele, a questão ecológica, do meio ambiente, é central no capitalismo, pois trata-se de um sistema que "transforma tudo – a terra, a água, o ar que respiramos, os seres humanos – em mercadoria" (LÖWY, 2013, p. 79).

Marx (2011) já no século XIX destacava como um dos pilares do capitalismo a apropriação da natureza pelo indivíduo, sempre mediada no interior de uma determinada forma de sociedade. No sistema capitalista, a produção baseada no capital cria, por um lado, uma indústria universal e, por outro lado, "um sistema da exploração universal das qualidades naturais e humanas, um sistema da utilidade universal" (MARX, 2011, p. 542).

> (...) é só o capital que cria a sociedade burguesa e a apropriação universal da natureza, bem como da própria conexão social pelos membros da sociedade. Daí a grande influência civilizadora do capital; sua produção de um nível de sociedade em comparação com o qual todos os anteriores aparecem somente como desenvolvimentos locais da humanidade e como idolatria da natureza. Só então a natureza torna-se puro objeto para o homem, pura coisa da utilidade; deixa de ser reconhecida como poder em si; e o próprio conhecimento teórico das suas leis autônomas aparece unicamente como ardil para submetê-la às necessidades humanas, seja como objeto do consumo, seja como meio da produção (MARX, 2011, p. 542).

Um aspecto que se destaca nessa afirmação de Marx está no reconhecimento de uma dimensão própria da natureza, que é destituída em sua essência em função de uma "utilidade" conveniente ao modo de exploração do sistema capitalista.

A dimensão ecológica é uma das "quatro contradições do capitalismo" apontada por Fraser (2024) – as outras três seriam social, política e racial-imperial. A autora tensiona ainda mais a relação entre capitalismo e a devastação do planeta Terra demonstrando o "caráter estrutural da conexão entre crise ecológica e sociedade capitalista" (FRASER, 2024, p. 127) e como, historicamente, o capitalismo representa uma "sequência de regimes socioecológicos de acumulação" (2024, p. 144). O capital, assim, não é somente uma relação com o trabalho, mas também uma relação extrativista e "canibal" com a natureza, e o sistema capitalista historicamente gera crises ambientais recorrentes.

A sociedade estruturado no capitalismo faz com que a economia dependa da natureza enquanto desestabiliza os ecossistemas, sendo que a classe dos capitalistas é aquela autorizada pelo sistema

> (...) a extrair matérias-primas, gerar energia, determinar o uso da terra, arquitetar sistemas alimentares, bioprospectar medicamentos e descartar resíduos, efetivamente cedendo a essa classe a maior fatia de controle sobre água e ar, solo e minérios, flora e fauna, florestas e oceanos, atmosfera e clima. Ou seja, sobre todas as condições básicas da vida no planeta (FRASER, 2024, p. 133).

Os modos distintos de organização da relação economia/natureza também pressupõem diferentes impactos do capitalismo sobre a natureza e os territórios, com métodos característicos de geração de energia (a partir do petróleo e do gás natural, por exemplo), extração de recursos (como na mineração) e descarte de resíduos (barragens com resíduos de mineração, por exemplo).

A questão dos territórios também é marcada pela forma como a geografia mundial é reorganizada a partir desses modelos de exploração e extrativismo. Por exemplo, o consumo de carbono tem se intensificado no Norte Global e a transferência das indústrias para o Sul Global.

Como alternativa a esse modelo, a autora defende uma "ecopolítica transambiental e anticapitalista", e os movimentos por justiça ambiental, de trabalhadores em defesa de energias renováveis e melhores condições de trabalho e os movimentos decoloniais e indígenas já atuam a partir dessa perspectiva ecopolítica e trazem contribuições importantes. Todavia, para a autora, apenas o anticapitalismo pode viabilizar de fato uma convergência entre esses e outros movimentos em defesa da

natureza como alternativa para refrear a degradação ambiental e a crise climática na Terra.

Maristela Svampa (2019) destaca essas lutas socioambientais e as resistências sociais localizadas na América Latina especificamente com relação ao que ela chama de neoextrativismo, processo que se encontra no centro da acumulação contemporânea e tem intensificado a espoliação da natureza, colocando em risco patrimônios ecológicos. Na América Latina, a mineração de metais em grande escala está entre as atividades extrativistas mais questionada. Por conta desse tipo de atividade, diversos grupos sociais, como povos originários e comunidades tradicionais, vivem sob a forma de refugiados em seus próprios territórios, frente às ameaças externas e as dificuldades cada vez maiores de habitarem esses territórios da mesma maneira como faziam seus antepassados, configurando processos de desterritorialização. O Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), por exemplo, reflete bem essa situação.

A partir de 2003, segundo a autora, as dinâmicas desses movimentos socioambientais foram lançando as bases de uma linguagem comum de valorização da territorialidade, denominada giro ecoterritorial, que por sua vez se refere à construção de "marcos de ação coletiva", voltados para as mobilizações coletivas especialmente em defesa da terra e do território. Tais marcos coletivos instalam "novos temas, novas linguagens e ordens em termos de debate e sociedade, ao mesmo tempo que orientam a dinâmica interativa rumo à produção de uma subjetividade comum no espaço latino-americano das lutas" (SVAMPA, 2019, p. 63), considerando a explosão de conflitos socioambientais que mobilizavam principalmente a atuação de indígenas e camponeses, além de diversas organizações rurais e urbanas, que passaram a diversificar as estratégias de luta e mobilização.

Um dos conceitos mais importantes do giro ecoterritorial é o bem viver, que propõe novas formas de relação do ser humano com a natureza e com outros seres, defendendo os direitos da natureza, e também concebe os bens naturais como bens comuns – avançando, portanto, para além da perspectiva do Antropoceno. Nesse sentido, Svampa (2019) defende que somente uma abordagem holística, integral, inter e transdisciplinar pode dar conta da atual crise socioecológica.

Crary (2023) assinala que a dinâmica de exploração sistêmica do meio ambiente emerge a partir do século XVI, com o projeto moderno de dominação da natureza para atender às demandas do capitalismo. Denominando a fase econômica atual de capitalismo de terra arrasada, o autor mostra como a crise ecológica e climática que vivemos hoje já se anunciava pelo menos desde os anos 1960, quando autores já alertavam sobre os problemas ambientais. Esse debate, contudo, foi ofuscado pela pós-modernidade.

O capitalismo de terra arrasada tende a reduzir territórios prósperos a um "estado de esterilidade", resultando em uma perda de sua capacidade de regeneração. Dessa forma, "destrói tudo aquilo que permite que grupos e comunidades busquem modos de subsistência autossuficiente, de autogoverno ou de apoio mútuo". Esse processo ocorre de modo mais brutal no Sul Global, "onde a extração, o desmatamento e o despejo de substâncias tóxicas criam lixões inabitáveis, e cidades em que os pobres desesperados, se tornam exilados internos" (CRARY, 2023, p. 59). Nesse contexto, as empresas de mineração e seus métodos tóxicos de extração de metais – como o lítio, o coltan, o níquel, o cobre, entre outros – causam danos irreparáveis à água, ao solo, aos seres humanos.

Crary destaca territórios ao redor do planeta – especialmente no Sul Global, como Peru, Chile, Bolívia, Zâmbia, Mauritânia, África do Sul, entre outros – que sofrem permanentes conflitos socioambientais por conta da dinâmica econômica vigente baseada no livre mercado e na maximização dos lucros a qualquer custo, e que impede qualquer tipo de conservação ou preservação: "(...) tudo avança junto com a devastação e o saque dos recursos sociais e com a expropriação dos fragmentos restantes de bens comuns, sejam eles a água potável, a vida natural ou os parques urbanos" (CRARY, 2023, p. 49). Por isso, o autor chama a atenção para a falácia de termos como "capitalismo verde".

Para Latour (2020), todos os problemas geopolíticos atuais, bem como questão de injustiça social e desigualdades, decorrem fundamentalmente da questão climática, e os posicionamentos políticos dos últimos cinquenta anos só podem ser compreendidos efetivamente se reservarmos "um lugar central à questão do clima e à sua denegação" (LATOUR, 2020, p. 10). Para o autor, o grande projeto de modernização se tornou de fato impossível, pois "não existe Terra com capacidade para abarcar seu ideal de

progresso, de emancipação e de desenvolvimento" (2020, p. 25).

Assim, ao trazer para o centro do debate contemporâneo o que chama de Novo Regime Climático, Latour (2020) destaca a interconexão entre diferentes eventos socioambientais e dimensões da vida social, econômica e política, defendendo a necessidade de revisão de certas definições, como a de humano, território, política e civilização. Em lugar de humano, "terrestres"; em lugar de território, "terreno de vida". Chamando a atenção para essas relações de interdependência, o autor afirma que os "terrestres, de fato, enfrentam o problema demasiado delicado ao descobrir quantos são os outros seres de que eles precisam para subsistir" (LATOUR, 2020, p. 105).

Essa dimensão dos "entrelaçamentos" também está no horizonte de Anna Tsing (2022), para quem toda a busca de domínio e domesticação da natureza resultou em um modo destrutivo e alienado de habitar o planeta Terra. A história humana mostrou como a concentração de riqueza se efetivou por meio da transformação de humanos e não humanos em recursos para investimentos. "A alienação desfaz os entrelaçamentos dos espaços onde vivemos" (TSING, 2022, p. 45). A autora problematiza as narrativas do progresso e afirma que, em geral, todos nós – seres humanos e não humanos – vivemos de modo precarizado mediante os "horrores da indeterminação":

> O clima do mundo está descontrolado e o progresso industrial provou ser muito mais letal para a vida na Terra do que poderíamos ter imaginado há um século. A economia não é mais uma fonte de crescimento ou otimismo; qualquer emprego pode desaparecer com a próxima crise econômica. E não se trata apenas de temer uma onda de novos desastres: eu me vejo sem o amparo de estórias que indiquem para onde estamos indo e por quê (TSING, 2022, p. 40).

Mesmo diante de um cenário de "expectativas reduzidas", Tsing encara o tempo presente como um desafio e propõe pensar a partir da precariedade: compreender como é possível encontrar um tipo de natureza que ainda consegue viver apesar do capitalismo – "o que sobrou" – e identificar quais as possibilidades de coexistência em ambientes perturbados. Para tanto, busca estórias que sugerem formas de "sobrevivência colaborativa" e aposta no entrelaçamento interespécies. "Os humanos moldam mundos multiespécies quando nossos arranjos de vida abrem espaço para outras espécies" (2022, p. 67).

Compartilhando perspectiva semelhante à de Tsing, Donna Haraway (2023) afirma que a natureza "barata" acabou e por isso é preciso "fazer o luto" pelas perdas irreversíveis do nosso planeta. E devemos reconhecer que fazemos parte dessa "trama de desfazimento" que resultou em uma "terra ferida" (HARAWAY, 2023). Tais perdas se amplificaram a partir do que se convencionou chamar de Antropoceno, termo surge no início dos anos 2000 para designar uma era que sucede o Holoceno e destacar como as atividades humanas, especialmente a partir da Revolução Industrial, têm sido destrutivas ao meio ambiente.

O Antropoceno se ancora em um paradigma econômico que é fundamentalmente uma ameaça à estabilidade ecológica, e que nos converte a todos em "seres humanos queimadores de fósseis" (HARAWAY, 2023). Para a autora, "nosso trabalho é fazer com o que o Antropoceno seja o mais curto/enxuto possível" e é nosso dever "cultivar conjuntamente, de todas as maneiras imagináveis, épocas por vir que possam reconstituir refúgios", pois neste momento "a Terra está cheia de refugiados, humanos e não humanos, sem refúgio" (2023, p. 199). Haraway crê em uma recuperação, mas somente a partir de novos agenciamentos e de uma "ecojustiça multiespécie", ou seja, se formos capazes de fazer alianças multiespécies para transpor a divisão equivocada entre natureza, cultura e tecnologia, considerando que nenhuma espécie age sozinha.

Refletindo sobre como as transformações ambientais, tecnológicas, sociais e culturais interferem nas relações entre seres humanos e outros animais, ou ainda outros seres vivos (incluindo fungos e plantas), Haraway (2023) traça paralelos entre certos fenômenos que afetam (direta ou indiretamente) nossa vida em sociedade – tais como extinção de animais ou a destruição de ecossistemas – e modos de ser e estar no mundo, individual ou coletivamente.

Para tanto, questiona certezas dominantes, como o determinismo tecnológico, a crença na modernidade e no progresso e dispensa a tradicional divisão entre ciências humanas e ciências da natureza, rompendo, assim, com dualismos que colocam em oposição ou incompatíveis ciências naturais e ciência humanas, natureza e cultura, e ser humano e outros animais e seres vivos.

Ao propor linhas de raciocínio que apontam para “enquadramentos” inovadores sobre o mundo que habitamos e as formas como são estabelecidas conexões entre diferentes tipos de entidades que habitam o planeta Terra, Haraway enfatiza a importância da perspectiva feminista e das sabedorias situadas (HARAWAY, 1995) ao contar histórias de resistência e de transformação em territórios específicos, marcados por algum tipo de expropriação/superexploração de recursos naturais. Nessa perspectiva, destaca que “os bichos são fundamentais para o cuidado com o território, a justiça ambiental e a robustez de ecossistemas humanos e não humanos” (HARAWAY, 2023, p. 188).

A partir de uma abordagem decolonial, Malcom Ferdinand (2022) também problematiza o modo como estão instituídas as relações entre humanos e não humanos e a separação entre natureza e cultura, meio ambiente e sociedade. Para tanto, o autor desloca para o mundo caribenho o ponto de partida para uma nova compreensão do problema ambiental, conceitualizando a crise ecológica em associação à “busca de um mundo desvencilhado de suas escravizações, violências sociais e injustiças políticas: uma ecologia decolonial” (FERDINAND, 2022, p. 22).

A modernidade foi a responsável por estabelecer e disseminar uma concepção de mundo baseada em uma “fratura ambiental”, que envolve escalas de valorização e hierarquização de certos seres vivos em relação aos outros, e dos seres humanos em relação à natureza. Ferdinand chama a atenção para termos como “refugiados climáticos” e “migrantes do meio ambiente” (2022, p. 29) que, em síntese, resultariam do processo de “constituição colonial do mundo”. A colonização europeia das Américas a partir do século XV instituiu formas de habitar a Terra características da modernidade que, além de ter destruídos ecossistemas e a biodiversidade em diversos territórios colonizados, também promoveu a escravidão e o genocídio de povos ameríndios.

Ao lado da urgência ambiental necessária para se refrear a destruição do ecossistemas e o aquecimento global, o autor propõe outras urgências de igual importância:

> De redistribuição mundial das riquezas e de uma justiça social; da tarefa decolonial de reconhecer um lugar digno no mundo para os povos originários, para os ex-colonizados e para as pessoas racializadas; e de uma igual consideração social e política das mulheres, particularmente das mulheres racializadas das ex-colônias europeias. Sim, a ecologia é acima de tudo uma questão de justiça (FERNINAND, 2022, p. 267).

Ao proposições do autor, portanto, vão em direção às ideias de reparação, de alinhamento entre justiça social e ambiental.

Por fim, cabe destacar neste trabalho algumas especificidades da perspectiva indígena a partir de Ailton Krenak (2020), considerando outras visões de mundo que não desagregam os seres humanos do meio ambiente e da natureza, e que se opõem à centralidade das ideias de humanidade e antropocentrismo.

O pensamento ameríndio se destaca, entre outros aspectos, por compreender as florestas como entidades, "vastos organismos inteligentes" (KRENAK, 2020, p. 52). Desse modo, o meio ambiente não deveria ser encarado como um recurso a ser explorado deliberadamente, como é típico do capitalismo, que "formatou o mundo como uma mercadoria" (2020, p. 101), e continua a replicar essa visão de mundo de forma naturalizada. O autor ressalta que a mudança climática no Planeta Terra "não deixa ninguém de fora, então, mesmo que tardiamente, está sendo despertada uma consciência de que os povos originários, em diferentes lugares do mundo, ainda guardam vivências preciosas que podem ser compartilhadas (2020, p. 115).

O autor coloca em relevo a questão da alteridade na relação entre indígenas e brancos, tensionando uma crença fundante dos processos de colonização do Norte Global sobre o Sul Global: o "outro" é sempre visto como o "remoto", "primitivo", "selvagem", possibilitando, assim, dinâmicas de exploração e expropriação sobre os territórios – inclusive em sua dimensão simbólica. "Essa aberração continua justificando a invasão, a conquista e a dominação de um pensamento sobre outras epistemologias, sobre outras cosmogonias" (KRENAK, 2019, p. 3).

> Considerando que estamos vivendo uma era marcada pelos desastres humanos no planeta, seria muito didático reconhecermos que as tecnologias – dos diferentes campos de conhecimento, dentre eles a arquitetura e o urbanismo – , têm uma matriz comum profundamente informada por um pensamento de dominação da Terra em amplo sentido, como, por exemplo, a ideia de que a natureza é um recurso disponível para os humanos incidirem sobre esse lugar criando espelhos seus. Se o estado da terra hoje nos causa alguma impressão triste, deveríamos reconhecer nesse estado a nossa imagem. A Terra é o espelho do que fizemos (KRENAK, 2019, p. 1).

Como resultado, estamos assistindo em tempo real "a morte dos rios, o envenenamento dos oceanos, a contaminação dos aquíferos. Até as águas subterrâneas já têm marca da nossa pisada pesada sobre a terra" (KRENAK, 2019, p. 3). Sobre as possibilidades de articulação entre a cultura indígena e a cultura do homem branco, o autor acredita que é justamente no âmbito da questão ambiental e ecológica que esse encontro tem sido possível, e a disseminação da agroecologia seria um reflexo disso.

Considerações finais

A crise climática é resultado de uma série de mudanças no planeta Terra e de alguma forma sintetiza as consequências de um longo processo de superexploração da natureza e de esgotamento dos recursos naturais causados pela agência humana.

Um dos aspectos que chama a atenção a partir das reflexões trazidas pelos autores contemporâneos citados ao longo do artigo é o fato de que há, cada vez mais, a necessidade de uma convergência de forças sociais, políticas e econômicas e da articulação entre diferentes atores sociais para a resolução dos atuais problemas ambientais e a crise climática. Tal aspecto reforça a perspectiva indígena de que há uma interdependência entre as coisas e que a ecologia se refere, sobretudo, à ideia de coexistência, inclusive entre seres humanos, não humanos, natureza e meio ambiente.

Este entrelaçamento teórico não se encerra aqui, mas as reflexões trazidas neste estudo têm como ponto em comum a compreensão de que a crise ambiental é sistêmica e exige mudanças profundas nas relações entre economia, sociedade, natureza e território, bem como uma mudança de perspectiva que possa abarcar outras cosmogonias. Nesse sentido, outras formas de pensamento – e sobretudo de ação –, em especial vinculadas a autoras e autores ameríndios e decoloniais, tornam-se urgentes.

Referências

BANCO MUNDIAL. **Impactos das Mudanças Climáticas na Produção Agrícola Brasileira**. 2013. Disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/riscos-seguro/seguro-rural/observatorio-do-seguro-rural/estudos/Estudos-2013/impactos-das-mudancas-climaticas-na-producao-agricola-brasileira.pdf Acesso em: 11 abr. 2026.

CRARY, Jonathan. **Terra Arrasada:** além da era digital, rumo a um mundo pós-capitalista. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

CRISE CLIMÁTICA. **Crise climática**. Pesquisa de opinião pública. Instituto Pólis. Novembro de 2023. Disponível em: https://polis.org.br/wp-content/uploads/2023/12/apresentacao-crise-climatica.pdf Acesso em: 11 jan. 2026.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial.** Pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

GIDDENS, Anthony. **A política da mudança climática.** Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

HAESBAERT, Rogério. **Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais**. GEOgraphia, vol: 22, n.48, 2020.

HARAWAY, Donna. **Ficar com o problema:** fazer parentes no Chthuluceno. São Paulo: n-1 Edições, 2023.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial**. Cadernos Pagu (5) 1995: pp. 07-41.

INSTITUTO PÓLIS. **Crise climática**. Pesquisa de opinião pública. Novembro de 2023. Disponível em: https://polis.org.br/estudos/crise-climatica-pesquisa-de-opiniao-publica/ Acesso em: 21 abr. 2026.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. AILTON KRENAK. **Entrevista**. In: ALTBERG, A.; KOZLOWSKI, G.; MENEGUETTI, M. 8 Reações para o Depois**.** Rio de Janeiro: Riobooks, 2019. Disponível em: https://entre-entre.com/manager/uploads/interviews/ailton-krenak-i-566.pdf Acesso em: 21 abr. 2026.

LATOUR, Bruno. **Onde aterrar?** Como se orientar politicamente no antropoceno? Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LIBISZEWSKI, Stephan. **What is an Environmental Conflict?** Zurich: Center for Security Studies, 1992.

LÖWY, Michael. **Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista**. CADERNO CRH, Salvador, v. 26, 67, p. 79-86, Jan./Abr. 2013.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858**: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro : Ed. UFRJ, 2011.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina.** Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

TSING, Anna L. **O cogumelo no fim do mundo**. Sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo. São Paulo: n-1 edições, 2025.

ZANETI, Daniela; ANTOUN, Henrique. **Convivendo com as catástrofes: vídeos sobre crise climática no TikTok Brasil**. Contracampo, Niterói, v. 44, n. 2. 2025.